

I ENCONTRO PAULISTA
QUESTÕES INDÍGENAS
E MUSEUS

III SEMINÁRIO
MUSEUS, IDENTIDADES
E PATRIMÔNIO CULTURAL

QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS

Debates e
Possibilidades

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Cultura

ACAM Portinari

Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia

COLEÇÃO MUSEU ABERTO

Museus Antropológicos e Universitários: por um novo diálogo junto ao público

Camilo de Mello Vasconcellos

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP)

As imagens e representações produzidas a respeito das sociedades indígenas no Brasil formaram-se a partir dos mais variados meios de comunicação e atenderam a diferentes interesses ideológicos ao longo de nossa história. Muitas dessas imagens - estereotipadas, inventadas, fragmentadas, equivocadas, preconceituosas - ainda estão presentes no imaginário do senso comum e constituem-se em objeto de pesquisa das mais diferentes áreas do conhecimento, especialmente nas duas últimas décadas.

O historiador francês Marc Ferro (1994), nas primeiras linhas do seu conhecido livro a respeito da História ensinada às crianças em diferentes partes do mundo, afirma que "a imagem que nós temos dos outros povos ou de nós mesmos é associada à história que nos foi contada quando éramos crianças". Ele argumenta que mesmo que a essas imagens outras viessem a se misturar ao longo do tempo, eram as primeiras que permaneceriam constituindo-se em traços marcantes de nossas primeiras curiosidades, desejos e emoções. Na construção dessas primeiras imagens sobre os mais diversos temas históricos é impossível ignorar o papel desempenhado pela escola, pelo livro didático e também pelo professor. Embora saibamos, por exemplo, que a mídia por meio de filmes, novelas, séries e documentários influencia as interpretações das pessoas sobre os conteúdos históricos, os livros didáticos têm sido as grandes referências para as narrativas históricas que povoam o universo cultural dos indivíduos.

No caso específico da história das sociedades indígenas não se foge à regra. As imagens, muitas vezes, estereotipadas e preconceituosas dos povos

indígenas que habitavam e continuam vivendo em nosso território estão presentes no imaginário das pessoas e podem estar relacionadas à forma como foram fabricadas nos tempos escolares. A ideia do índio selvagem, preguiçoso que vive da caça e da pesca, místico e guerreiro, segundo Bittencourt (1998) tem povoado o universo linguístico das crianças e jovens ao longo da vida escolar. "Tais representações, em diferentes contextos históricos de ensino-aprendizagem, têm se feito presentes na literatura infanto-juvenil, nos textos didáticos, na iconografia, nas músicas, nos filmes, na fala docente e nos discursos celebrativos do 19 de abril - Dia do Índio" (Ribeiro, 2008).

Dessa forma, urge pesquisarmos o papel que os museus vêm exercendo nas representações das sociedades indígenas, na perspectiva de apresentar outras narrativas que possam se contrapor à visão tradicional trabalhada nas escolas e que, portanto, possa vir a colaborar efetivamente na construção de um novo saber a respeito das sociedades indígenas no Brasil. Por contar com os artefatos e demais elementos da cultura material indígena, os museus têm um papel de grande importância na mudança desse imaginário do senso comum e na construção de um saber mais crítico em relação ao papel desempenhado pelas culturas indígenas em nosso país.

A museologia, como área de conhecimento, e os museus, como instituições preservacionistas, não ficaram imunes aos diferentes modelos e debates culturais e intelectuais que ocorreram em diversos momentos de nossa história. Aliás, os museus antropológicos vêm buscando estabelecer um diálogo maior com as sociedades indígenas

no sentido de se distanciarem de um modelo tradicional de museus 'sobre os indígenas' na busca da afirmação de um museu 'com' ou mesmo 'dos' indígenas, utilizando as ideias apresentadas por José Ribamar Bessa Freire na conferência magistral "As questões indígenas e os museus" (1º de maio de 2012) no I Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus e III Seminário Museus Identidades e Patrimônio Cultural.

No contexto deste artigo, interessam-me as imagens e representações relativas às sociedades indígenas veiculadas no interior dos museus de arqueologia e etnologia de algumas universidades brasileiras. Tais imagens são difundidas por intermédio de exposições museológicas e ações educativas que contribuem para a disseminação de narrativas específicas a respeito das referências patrimoniais das culturas indígenas representadas nesses espaços.

As relações entre Antropologia e museus

A relação entre a disciplina antropológica e os museus remonta ao século XIX e tem sido marcada por diferentes momentos de aproximação, ruptura, reaproximação e, nos últimos 10 anos, por novas perspectivas de diálogos.

Nessa trajetória, na segunda metade do século XIX a formação da Antropologia esteve fortemente vinculada aos museus, antes mesmo de essa disciplina adentrar no mundo acadêmico com o estatuto de ciência e fortemente marcada pelo etnocentrismo. Até então, os museus eram os centros por excelência de produção de conhecimento antropológico, especialmente com relação às coleções etnográficas.

É possível afirmar que a Antropologia nasceu nos museus; ou, mais precisamente, que ela se formou na medida em que se organizavam as coleções etnográficas que incrementavam os acervos dos museus ocidentais, fornecendo, até mesmo, uma das bases para a produção das teorias antropológicas

da época, notadamente o evolucionismo e os difusionismo (Gonçalves, 1995, p.56).

O evolucionismo social, também conhecido como darwinismo social, oferecia um modelo de interpretação para explicar a diferença entre as sociedades em termos de estágios, ou seja, as sociedades humanas eram distintas porque possuíam diferentes graus de evolução (selvageria, barbárie e civilização). Obviamente estava implícito nessa categoria um conceito de cultura baseado no modelo europeu de existência e que estava em consonância com o projeto de expansão neocolonialista europeu voltado, nessa época, para o processo de exploração das colônias africanas e asiáticas, ocorrido no final do século XIX e início do XX. Temos, portanto, uma visão de história marcada pela visão linear de progresso e cujo modelo era marcadamente eurocêntrico.

Por sua vez, os difusionistas estavam preocupados com "os processos de difusão de objetos e traços culturais de uma para outra sociedade, e viam, portanto, esses objetos como meios de reconstituir esses mesmos processos" (Gonçalves, 1995, p.57). Assim, era possível identificar, segundo esses especialistas, um único centro de onde teriam partido todas as invenções culturais significativas da humanidade, e era possível perceber também até mesmo as modificações nos objetos materiais dessas sociedades (mais avançadas ou menos avançadas). Concebiam a humanidade como idêntica e a pensavam independentemente da sociedade e da cultura na qual estavam inseridos os distintos povos que dela faziam parte, o que acabou influenciando até mesmo os modelos expográficos dos grandes museus enciclopédicos do século XIX (Louvre e Britânico), cujo objetivo maior era narrar a história da humanidade desde suas origens mais remotas até o estágio mais avançado do processo evolutivo, ou seja, as modernas sociedades europeias.

As teorias evolucionista e difusionista foram contestadas por Franz Boas no final do século XIX e início do XX. Segundo esse pensador, era fundamental que os antropólogos refletissem sobre os objetos a partir de suas funções e significados no âmbito do contexto cultural e da sociedade em

que estavam inseridos. Era grande a preocupação desse antropólogo também em relação ao papel educacional dos museus para o grande público, especialmente estudantes e professores.

Franz Boas defendia também uma apresentação geográfica das coleções etnográficas nas exposições dos museus ao invés da clássica distribuição tipológica de objetos. "Sua principal contestação direcionava-se a evolucionistas e difusionistas que não articulavam os objetos no contexto onde eram produzidos e utilizados, mas os apresentavam isoladamente a partir de uma perspectiva eurocêntrica" (Kersten; Bonin, 2007, p.120).

Dessa maneira, Boas acabou estabelecendo as bases de uma moderna Antropologia ao refletir sobre as noções de raça e cultura, o que influenciou sobremaneira na forma de apresentação dos museus modernos, especialmente por privilegiar a temática da representação das diferentes culturas a partir do seu próprio contexto, ou seja, valorizando-as numa perspectiva diacrônica.

A partir das décadas de 1920 e 1930 os museus deixaram de desempenhar a função de espaços de pesquisa científica, passando a pesquisa antropológica a ser produzida nos departamentos de Antropologia Social e Cultural das universidades, pondo fim ao que autores como Stocking Jr. (1985), denominaram 'era dos museus'. Essa separação pode oferecer algumas pistas para entendermos que apesar de continuarem existindo, os museus antropológicos, divorciados da pesquisa antropológica que ocorrera até então, acabam mergulhados em certo ostracismo, especialmente na relação com a sociedade e especialmente com o público visitante.

Segundo Duarte (2007), a partir dos anos 1980 verifica-se uma reaproximação entre os museus e as teorias antropológicas numa crítica às contingências históricas e sociais. Ou seja, ocorre uma aproximação fundamental em explicar as sociedades e os seus objetos numa perspectiva histórica, temporal, e os museus passam a ser valorizados como espaços de representação cultural e política dos vários grupos e categorias sociais existentes em seus acervos. Nesse contexto foi que Stocking Jr. (1985,

p.239) formulou uma questão importante: "quem deve controlar a representação do significado dos outros?".

Ou seja, nos anos 1980 a atenção dos antropólogos dirige-se para o Museu porque ele emerge, agora, como lugar de representação do Outro, onde é possível descortinar momentos da própria história do desenvolvimento da Antropologia. Dito de outro modo, "o reinteresse pela instituição museológica assenta na percepção de que todos os museus são exercícios de classificação (Jordanova, citada em Duarte, 2007), nos quais, não são apenas os objetos em si que comunicam significado, mas também e sobretudo o ordenamento e arranjos impostos a esses objetos".

Concordamos com Duarte (2007, p.13) quando afirma que "o museu é uma instituição cultural e suas práticas expositivas podem ser vistas como construções de histórias, como narrativas que longe de serem neutras são antes condicionadas pelos contextos político e ideológico em que estão inseridas".

Neste momento, caberia então a pergunta: os museus deveriam funcionar no sentido de contribuírem para a definição de uma sociedade culturalmente homogênea ou no sentido de revelar e fortalecer as diferenças culturais?

Retomemos alguns pontos dessa discussão com o objetivo de situar uma questão que é essencial: atualmente, num contexto de globalização e tendência à homogeneização cultural, todos concordamos com a ideia de que seja fundamental apresentarmos, discutirmos e evidenciarmos em nossa prática expositiva e educacional a temática da diversidade cultural, que perpassa as distintas sociedades representadas em nosso acervo.

Nesta direção, é fundamental mostrarmos a riqueza da diversidade cultural dessas sociedades como possíveis soluções que foram dadas aos seus distintos contextos existenciais e materiais. Porém, não podemos ser ingênuos e acreditar que somente mostrando essas diferenças culturais podemos contribuir para o processo de tomada de consciência de nossas identidades. É necessário

atentarmos para não sermos 'presas fáceis' de uma ideia muito próxima ao modelo multiculturalista norte-americano, que acaba promovendo e difundindo esse discurso da diversidade cultural quando, na verdade, apenas contribui para afastar cada vez mais as culturas distintas, os povos diferentes, reafirmando ainda mais os ódios, as alteridades e os guetos.

Dessa maneira, não basta mostrar a diversidade cultural nos museus antropológicos. É necessário politizar esta questão e trabalhar no sentido de que é possível que os 'diferentes' possam interagir e conviver, condição fundamental se quisermos construir um mundo realmente mais comprometido com a paz e a justiça social.

A valorização das diferenças não nos deve deixar perder de vista que a luta pela igualdade social e por uma sociedade mais justa ainda é uma bandeira pela qual vale a pena lutar. Essa também deve ser uma trincheira que deve envolver fundamentalmente os museus antropológicos, especialmente quando concebemos propostas e programas educativos, pois estes devem dar conta fundamentalmente das mudanças culturais em que estamos imersos.

A representação dos indígenas em museus antropológicos brasileiros: alguns apontamentos e novas tendências

As três mais importantes instituições museológicas brasileiras fundadas no século XIX (Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Paulista em São Paulo e Museu Paraense Emílio Goeldi, na região amazônica) nasceram no contexto de uma forte tradição de pesquisa na área de História Natural. Qualquer pesquisador que estivesse interessado em aprofundar os seus conhecimentos em Antropologia (especialmente nas áreas de arqueologia e etnologia) deveria necessariamente recorrer a essas instituições. Importante também acrescentar que as coleções de maior destaque em termos de pesquisa nesse momento eram aquelas

das áreas de zoologia e botânica, enquanto as de arqueologia e etnologia teriam mais importância bem mais tarde. Atualmente o Museu Paulista constitui-se em um museu de história da Universidade de São Paulo, pois as coleções de arqueologia e etnologia passaram, a partir de 1989, a constituir o novo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Em 1953, era criado o Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro, por influência do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, o qual levantava a bandeira de criação de um museu que deveria combater o preconceito contra o indígena. Desse modo, pela primeira vez uma instituição museológica assumia efetivamente um papel político, social e educacional favorável à causa indígena. Para esse antropólogo, boa parte da visão preconceituosa e estereotipada contra os indígenas no Brasil devia-se aos museus tradicionais e etnológicos brasileiros, existentes até então. Claro estava que essa crítica era feita por Ribeiro tomando em conta as exposições existentes, nessa época, no Museu Nacional e no Museu Paulista.

Passados mais de 50 anos da criação desse museu e mais de cem dos primeiros museus de História Natural com importantes coleções arqueológicas e etnográficas referentes aos indígenas brasileiros, estamos assistindo a um processo interessante de autorrepresentação dos indígenas em algumas instituições museológicas brasileiras.

Segundo Abreu (2005) muitos antropólogos, pesquisadores e diretores de museus de Antropologia já se deram conta do perigo das visões que geram representações estanques e estereotipadas de alguns grupos sociais e, no caso dos indígenas no Brasil, "tem sido empreendido grande esforço para que não se continuem a reproduzir imagens de índios genéricos com base em determinados artefatos e registros orais, visuais ou sonoros".

Ainda segundo Abreu (2005), é referência exemplar o trabalho que vem sendo posto em prática pelo Museu do Índio ao propor exposições, seminários e publicações que difundem pesquisas consistentes com a integração de grupos indígenas

que participam efetivamente de suas próprias representações, num fenômeno singular a esse respeito. Um exemplo disso foi a mostra dos índios Waiãpi em 2007 num processo conjunto que reuniu antropólogos, museólogos, educadores e os próprios representantes dessa etnia.

Além disso, o crescente diálogo entre grupos indígenas e antropólogos vem produzindo um interessante movimento de criação de museus indígenas por iniciativas deles próprios, como o Museu Magüta dos índios Tikuna, no município de Benjamin Constant, estado do Amazonas, e o recente Museu Koary, dos povos indígenas do Oiapoque, no Amapá, que conta com o apoio da antropóloga Lux Vidal, da Universidade de São Paulo.

E os Museus Universitários de natureza antropológica?

Existe no Brasil um número bastante expressivo de museus antropológicos que reúnem importantes coleções de natureza arqueológica e etnográfica vinculados a diferentes universidades de nosso país.

Considerarei importante apresentar o contexto atual de uma pesquisa que estou realizando no âmbito da museologia, no sentido de contribuir para a compreensão da representação das sociedades indígenas em algumas instituições museológicas universitárias de nosso país, a partir das exposições que essas instituições apresentam ao público visitante.

No contexto desse projeto, interessa-me especialmente aquelas imagens e representações relativas às sociedades indígenas que vivem no interior dos museus de arqueologia e etnologia de algumas universidades brasileiras. Tais imagens são difundidas por intermédio de exposições museológicas e ações educativas que contribuem para a disseminação de narrativas específicas a respeito das referências patrimoniais das culturas indígenas representadas nesses espaços.

Essa pesquisa tem a preocupação de compreender o papel dos museus de arqueologia e etnologia na produção, circulação e consumo de determinadas mensagens que colaboram na conformação do imaginário a respeito das sociedades indígenas em nosso país, especificamente em relação à comunicação museológica.

Tal pesquisa vem sendo realizada em três instituições museológicas brasileiras de perfil antropológico e universitário: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA, criado em 1983), Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA-UFG, fundado em 1970) e, finalmente, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP, resultado da fusão de acervos e instituições de natureza arqueológica e etnográfica no ano de 1989).

Meu objetivo com essa pesquisa está voltado para a análise do discurso das exposições de longa duração, a saber: MA-UFG (Exposição *Lavras e Louvores*, 2006), MAE-USP (Exposição *Formas de Humanidade*, 1995 e fechada há 1 ano e meio para o trabalho de concepção de uma nova exposição de longa duração) e MAE-UFBA (com uma exposição de longa duração sem título específico).

Nas instituições pesquisadas foi possível notar algumas semelhanças e diferenças fundamentais, apontadas a seguir.

Primeiramente, ressalto a questão do discurso sobre o indígena que ainda é pautado por exposições que apresentam as sociedades indígenas tendo como parâmetro o período anterior e posterior ao contato com o colonizador, isto é, em exposições com ênfase na arqueologia pré-colonial (os indígenas já extintos) e na etnologia (o indígena ainda vivo no território brasileiro). Isso é mostrado separadamente em módulos distintos e com ênfases distintas. A única exceção é o Museu Antropológico da UFG que, para mostrar o indígena da região Centro-Oeste, acaba usando tanto as coleções arqueológicas como as etnográficas para se referir ao indígena dessa região do país, sem separá-las em módulos estanques de arqueologia e etnologia. Além disso, a instituição busca inserir a questão da presença

do indígena atual no contexto da convivência com outros grupos que vivem nessa região central do território brasileiro, como na presença de negros e mestiços, numa preocupação com a questão da identidade do homem da região do Centro-Oeste brasileiro.

Outro aspecto comum nas exposições analisadas refere-se à temática da diversidade cultural. Esta é bastante presente para mostrar que no Brasil existem mais de 150 etnias que falam línguas diferentes e que, portanto, representam culturas distintas umas das outras. Essa diversidade é apresentada nos aspectos temporal e espacial sem a preocupação com a questão das datações dos artefatos, no caso específico das sociedades pretéritas.

Aliás, no que diz respeito aos módulos arqueológicos é necessário ressaltar uma narrativa tradicional no discurso expográfico ao dar maior ênfase à classificação tipológica de artefatos da cultura material, deixando uma lacuna em relação a uma necessária contextualização desses objetos no âmbito da sociedade que os produziu. Essa é uma característica muito presente no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, onde há um exagero, por exemplo, nas definições de técnicas de decoração dos recipientes cerâmicos com as suas respectivas nomenclaturas tão especializadas: corrugada, digitungulada, ungulada, piriforme etc.

Já nos outros dois museus analisados no âmbito dessa pesquisa, notou-se uma preocupação diferenciada, pois foram utilizados recursos que possibilitaram um real e efetivo processo de comunicação junto ao público visitante, como por exemplo, na utilização de painéis e etiquetas ilustrativas, gavetas pedagógicas e aparatos audiovisuais. No MAE-USP, por exemplo, ocorre uma contextualização dos diferentes grupos indígenas a partir de suas diferenciadas atividades de subsistência, dando maior ênfase aos aspectos das sociedades de caçadores-coletores, pescadores e agricultores.

Na abordagem das sociedades indígenas atuais, nota-se que a linguagem fotográfica é comum a todas as instituições, numa tentativa de facilitar uma aproximação com o público visitante. Mesmo que esse recurso represente um recorte momentâneo de um momento específico e não a realidade dos grupos indígenas propriamente - pois aí precisaríamos entender todo o contexto de quem fotografou, com que interesse, e como realizou esse registro, além de outras questões pertinentes -, o que se pode inferir é que esse recurso acaba se tornando fundamental para iniciar uma discussão a respeito das sociedades indígenas, especialmente junto ao público escolar e ao não especializado.

As fotografias possuem um grande poder de comunicação posto que por meio delas podem ser representadas diversas situações e circunstâncias difíceis de comunicar por outros meios e de maneira tão direta. São muito utilizadas para mostrar o meio ambiente, as relações do homem com os objetos expostos, seus semelhantes e tudo o que o rodeia. Também podem fazer referência às técnicas de fabricação dos objetos e à forma de utilizá-los. No entanto, é mais difícil mostrar as relações entre pessoas. Por isso, é importante selecioná-las muito bem em função do tema, de maneira que assumam um referencial claro e explícito em relação aos demais elementos expostos (textos e ou gráficos). Mas também há que se ter cuidado para que seu emprego maciço nas exposições não entorpeça a visão dos objetos, e, por essa razão, devem ser utilizadas de maneira direta, contribuindo para ampliar possíveis relações entre a mensagem, os

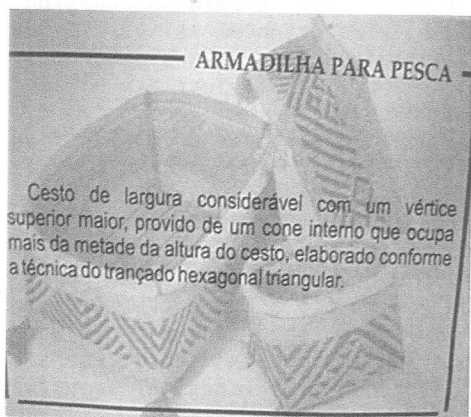


Figura 1 -
Legenda da
exposição de
longa duração
do MAE-UFBA.
Foto: C. de M.
Vasconcellos,
2010.

objetos expostos e a sua compreensão por parte do público visitante.

O Museu Antropológico da UFG utiliza até mesmo linguagens da arte contemporânea – as famosas instalações – para se referir ao indígena existente no território nacional, constituindo-se num elemento diferencial em relação às demais narrativas analisadas. É necessário ressaltar também que essa exposição, talvez por ser mais recente que as demais, inova na utilização de recursos expográficos e na abordagem antropológica apresentada.

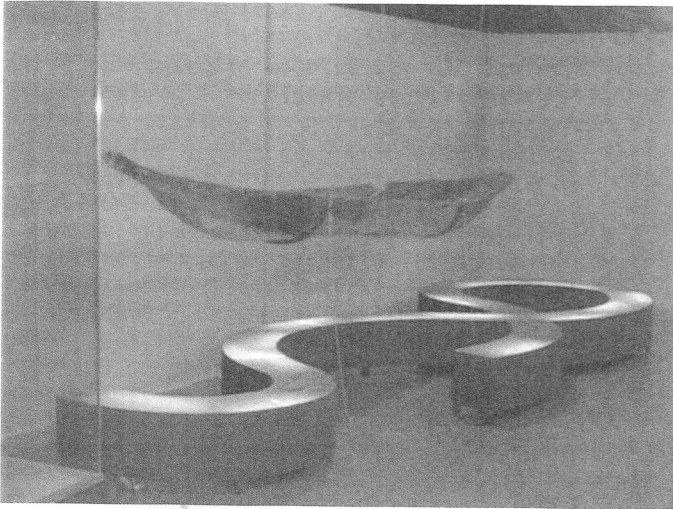


Figura 2 – Aspecto de uma instalação do Museu Antropológico da UFG. Foto: C. de M. Vasconcellos, 2010.

Outro aspecto a ser ressaltado é aquele que diz respeito à relação entre a pesquisa especializada (no caso em arqueologia e etnologia) e sua necessária 'tradução' para o público não especializado. Considero que ainda existe uma forte tradição que privilegia a tradição do discurso curatorial do especialista nessas áreas do conhecimento. Dessa maneira, a narrativa expositiva é, muitas vezes, o discurso de quem possui o conhecimento especializado sobre o indígena, numa perspectiva que ainda distancia a possibilidade de uma maior aproximação com o público em geral.

Nesse sentido, um grande desafio deve ser enfrentado pelos museus antropológicos universitários no sentido de buscar repensar essa relação ainda tão hierarquizada no processo de socialização e comunicação do conhecimento especializado. Entendo que esse conhecimento, uma vez presente no cenário expositivo, não tem a mesma perspectiva da pesquisa pura realizada em outros locais. Desse modo, muitas vezes, a ênfase em relação à pesquisa em cultura material é tão forte que os indígenas não aparecem como sociedades vivas e atuantes, mas apenas como produtores de objetos que até podem assumir um aspecto atraente pela questão estética da beleza desses artefatos, ainda que descontextualizados. Sabemos que esse é apenas um dos aspectos importantes, mas não o único. Talvez ainda sejamos herdeiros de uma tradição que remonta às primeiras exposições antropológicas do século XIX e que ainda é necessário ultrapassar.

Como resultado desse processo, tais exposições necessitam de mediadores para estabelecerem um processo de comunicação com o visitante, especialmente junto ao público escolar, que é o majoritário em todas as três instituições. Sem a mediação de educadores, considero que as exposições não seriam compreendidas nas suas mensagens principais.

Dessa forma é necessário integrar, num esforço conjunto, os professores das escolas do ensino formal, os educadores dos museus, os arqueólogos e etnólogos na busca de alternativas, no sentido de contribuírem para alterar o imaginário ainda preconceituoso sobre o indígena em nosso país, especialmente por parte do público que frequenta os nossos museus.

As tentativas vêm sendo propostas e são positivas, mas acredito que os museus universitários ainda carecem de uma maior definição de seu papel na relação com a sociedade de maneira geral, que passa até mesmo pela definição de um papel social e educacional mais efetivo e perene, do que aquele que efetivamente vem ocorrendo nos dias atuais.

É fundamental, portanto, uma nova prática na concepção expositiva dos museus antropológicos que substitua propostas expositivas de aspectos

meramente estético-formais por uma proposta de cunho mais problematizadora, numa perspectiva temática que estabeleça efetivamente um diálogo com o público visitante a partir de suas inquietações e curiosidades.

Em um contexto atual vivido por tantas modificações e com a chamada crise de representação, os museus universitários antropológicos têm um papel fundamental e preponderante a assumir.



Figura 3 - Aspecto da exposição de longa duração do MAE-USP. Foto: C. de M. Vasconcellos, 2010.

Referências bibliográficas

- ABREU, R. Museus etnográficos e práticas de colecionamento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, n.31, 2005.
- _____.; CHAGAS, M.; SANTOS, M. S. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/Iphan/Demu, 2007.
- BITTENCOURT, C. M. F. *O saber histórico na sala de aula*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

- DUARTE, A. *O Museu como lugar de representação do outro*. Porto (Portugal): Faculdade de Letras do Porto, 2007.
- FERRO, M. *Falsificações da História*. Lisboa: Europa-América, 1994.
- GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: s.n., 2007. (Col. Museu, Memória e Cidadania).
- _____. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: CHUVA, M.; ALMEIDA, C. A. F. de; BENCHETRIT, S. F. (Org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.
- KERSTEN, M. S. de A.; BONIN, A. A. Para pensar os museus, ou quem deve controlar a representação do significado dos outros? *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, n.3, 2007.
- LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- RIBEIRO, R. R. A questão do outro e os livros didáticos. *Revista Fatos & Versões*, v.2, n.4, jul.-dez. 2010.
- STOCKING JR., G. W. (Ed.). *History of Anthropology*. v.3. *Objects and others: essay on museum and material culture*. Madison: the University of Wisconsin Press, 1985.
- VASCONCELLOS, C. de M. A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Cadernos do CEOM*, n.21, 2005. (Museus, pesquisa, acervo e comunicação).